

## IFES - CAMPUS COLATINA

**Estudo Técnico Preliminar 1/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23153.000417/2026-71

**2. Descrição da necessidade**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviço de atendimento às pessoas com necessidades específicas do Ifes Campus Colatina por meio de profissionais de Educação Especial, a saber: (I) Auxiliar Educacional, (II) Revisor, Ledor e Transcritor de Braille e Soroban.**

**2.1 DA INTRODUÇÃO**

2.1.1 As contratações de serviços devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

2.1.2 Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021 pela IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; pela IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos-ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.1.3 Este Estudo Técnico Preliminar busca verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviço de atendimento às pessoas com necessidades específicas do Ifes Campus Colatina e demandas gerais relacionadas.

**2.2 DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO NORTEAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

2.2.1 Em exame do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação, estudou e pretende adequar o planejamento, a contratação e a fiscalização à luz da Lei nº 14.822 de 22 de Janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026, da Lei 14.133/2021 que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, do Decreto Federal 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação,

de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, e demais legislação aplicável.

## 2.3 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.3.1 A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) assegura a Educação como um direito social de todos os cidadãos e a inclusão de pessoas com deficiência ampara-se nesse documento que aponta no artigo 205 que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O direito a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é também amparado no inciso III do artigo 208, ao esclarecer que o Estado deve efetivar a garantia desse direito mediante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

2.3.2 A Política Nacional de Educação Especial (2008) assegura a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

2.3.3 Os Decretos Legislativos 186/2008 e 6.949/2009 promulgam a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) como Emenda Constitucional. Essa convenção apresenta no artigo 24 o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à Educação, afirmando que “para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.” Ainda pontua que para a realização desse direito os Estados Partes assegurarão que: “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; [...] Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”.

2.3.4 Ratificando o que foi apontado acima, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, apresenta no artigo 27 que: “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao

longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. Essa lei também diz que é dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: “II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...] VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; [...] IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; [...] XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes [...] XVII – oferta de profissionais de apoio escolar”.

2.3.5 Observando-se o proposto no Parecer CNE/CEB nº 13/2009 que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, o Decreto nº 6571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/96. O Decreto nº 6253, de 13 de novembro de 2007, estabelece no art. 1º: “a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.”

2.3.6 Posto isso, a inclusão escolar de estudantes com necessidades específicas no Ifes requer ações institucionais que garantam o direito ao acesso, mas também, a permanência, a participação, a aprendizagem e êxito, de modo que esses direitos sejam efetivados.

2.3.7 Nesse processo de inclusão, o Ifes possui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar que atua colaborativamente para garantir as condições de acessibilidade aos estudantes com necessidades específicas. A atuação do Napne tem como princípios: respeito aos Direitos Humanos; educação de qualidade para todos; acolhimento à diversidade; acessibilidade e autonomia; gestão participativa; parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil; inclusão escolar de pessoas com

necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme previsto no Regimento dos Napnes do Ifes (IFES, 2020), perspectiva que vai ao encontro dos princípios inclusivos assumidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto (IFES, 2019).

2.3.8 O Regimento dos Napnes do Ifes (IFES, 2020) elenca como objetivos do núcleo: I. Identificar os discentes com necessidades específicas no campus; II. Orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres; III. Contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele necessitem; IV. Orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas; V Contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental; VI. Promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática; VII. Articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE; VIII. Contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas; IX. Colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do Ifes; X. Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar; XI. Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

2.3.9 Os serviços de Auxiliar Educacional e de Revisor, Ledor e Transcritor de Braille são caracterizados como atividades de apoio à acessibilidade e ao processo educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Ressalta-se que tais serviços não se confundem com a atividade-fim da instituição, qual seja, a oferta de Educação Especial, permanecendo esta sob responsabilidade do Ifes – Campus Colatina. Os serviços a serem contratados, assim como outras atividades vinculadas à estrutura e à operação dos atendimentos prestados à sociedade pelo Ifes – Campus Colatina, estão enquadrados conforme IN nº 05/2017/SLTI/MPOG que prevê: “No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade”.

2.3.10. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é garantido àqueles alunos que necessitam do mesmo, mediante avaliação da equipe multiprofissional do Napne. Salienta-se, portanto, que, quando necessário, serão empregadas estratégias e ações didático-pedagógicas diferenciadas ao currículo regular do curso a fim de torná-lo acessível às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, propondo adaptações, flexibilizações e/ou enriquecimento curricular.

2.3.11 Diante do exposto, e considerando a necessidade de contratação de profissionais especializados para atendimento aos estudantes com necessidades específicas do Ifes Campus Colatina, de modo a garantir o direito à educação pelo discente baseado no tripé

acesso, qualidade e permanência, formalizamos a necessidade de contratação dos seguintes profissionais: Auxiliar Educacional e Revisor, Ledor e Transcritor de Braille /Soroban.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	Maurício Soares do Vale
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	Patrícia Teixeira Moschen Lievore

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto que se pretende contratar pode ser classificado como SERVIÇO.

4.2 O objeto que se pretende contratar pode ser, ainda, subclassificado como SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

4.3 O contrato entre as partes terá o prazo de execução e vigência definido no Termo de Referência, inclusive sobre o detalhamento das condições e possibilidade de aditamentos e apostilamentos.

4.4 As exigências de HABILITAÇÃO das licitantes e possíveis contratadas serão estabelecidas no termo de referência.

### 5. Levantamento de Mercado

5.1 Neste tópico está relatado o estudo realizado que verificou as possíveis alternativas de mercado, apresentar justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo ser utilizado, dentre o que foi pesquisado, (I) modelos de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas e privadas, no contexto nacional e internacional, (II) modelos construídos por meio de convocações de audiências públicas e /ou consulta pública, (III) modelos de compra ou locação/acesso de bens e serviços.

5.2 O Instituto Federal do Espírito Santo Campus Colatina analisou a possibilidade de contratação desse serviço por meio terceirização. Dessa forma, foi realizada pesquisa com vistas a coletar informações acerca da contratação de serviços dessa natureza, tais como forma de seleção, requisitos exigidos, salário-base, dentre outros. Desse modo, a forma mais viável foi a análise de planilhas de contratações similares de outros Institutos Federais, no que foi o mais atual possível de se conseguir, visto que há extrema dificuldade em encontrar contratações similares devido à escassez de certames deste tipo de profissional, principalmente o de Revisor, Ledor e Transcritor de Braille. As amostras que

foram possíveis ser consolidadas constam nas planilhas e mapa de apuração. Foram analisados vários aspectos relativos às atividades realizadas pelo profissional para subsidiar as possíveis contratações e definição do salário-base.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Para a prestação dos serviços de apoio a Educação Especial no âmbito do Ifes Campus Colatina deverão ser consideradas as especificações a seguir, com a relação a formação dos profissionais que serão contratados.

### **6.1.2 Auxiliar Educacional CBO: 2394-10**

6.1.2.1 Carga horária: 30 horas semanais. Escolaridade mínima: Licenciatura concluída em qualquer área do conhecimento. Demais requisitos: Profissional com conhecimentos técnicos especializados e experiência mínima de 6 (seis) meses no acompanhamento cotidiano escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial, atuando na mediação do processo de aprendizagem, organização pedagógica, apoio às atividades acadêmicas e articulação com docentes e equipe pedagógica. Exige-se certificado de habilitação expedido por órgãos oficiais ou reconhecido pelo Ministério da Educação.

### **6.1.3 Revisor, Ledor e Transcritor de Braille CBO: 2392-25**

6.1.3.1 Carga horária: 20 horas semanais: Escolaridade mínima: Licenciatura concluída em qualquer área do conhecimento. Demais requisitos: Profissional com conhecimentos técnicos especializados em Braille e Soroban, com experiência mínima de 6 (seis) meses no acompanhamento cotidiano escolar de estudantes cegos, realizando transcrição, revisão de materiais didáticos e mediação do processo de aprendizagem, com certificação expedida por órgãos oficiais ou reconhecida pelo Ministério da Educação.

6.2 Além da formação exigida para a atividade, os profissionais auxiliar educacional e revisor, ledor e transcritor de Braille, deverão se enquadrar no seguinte perfil: 1. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; 2. Possuir fluência e habilidades técnicas na área de atuação contratada; 3. Apresentar capacidade física e mental para o desempenho da função; 4. Ter boa comunicação interpessoal; 5. Exercer com zelo e dedicação sua profissão; 6. Saber trabalhar em equipe; 7. Possuir a capacidade de procurar as respostas para as diversas situações que se apresentarem dentro de suas atividades; 8. Ser assíduo e pontual ao serviço; 9. Conhecer as atribuições da profissão no contexto educacional; 10. Estar apto a executar todas as atribuições especificadas na contratação; 11. Ter conhecimentos básicos quanto a utilização de computador e internet.

6.3 As atividades serão desempenhadas no ambiente escolar, inclusive em sala de aula, como também junto ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne, Sala de Recursos Multifuncionais e outros espaços localizado no Campus. Poderá também atuar em ambientes externos, desde que estejam acompanhando o aluno em atividades institucionais vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem.

6.4 O horário de execução dos serviços e demais detalhes constarão no Termo de Referência. Poderão acontecer aulas aos sábados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Para estimar a quantidade de profissionais, e carga horária semanal, necessários para o atendimento aos discentes foram considerados o quantitativo de estudantes com necessidades específicas atendidos atualmente no campus.

7.2 Cabe ressaltar que o quantitativo de estudantes público-alvo da Educação Especial pode variar a cada semestre letivo, a depender de novas entradas em processos seletivos futuros, realidade que pode implicar novas demandas e necessidades de outros profissionais de apoio à Educação Especial. Por este motivo, estão previstas indicações de contratações extras dos profissionais 'Auxiliar Educacional' e 'Revisor, Ledor e Transcritor de Braille', ainda que no momento estas contratações não precisem ser efetivadas. Toda contratação extra terá início no dia 01 do mês posterior à solicitação.

7.3 Esta previsão precisa ser considerada pelo fato de demandas de acessibilidade e apoio educacional poderem ficar desamparadas de profissionais no tempo entre a matrícula do estudante e o início das atividades letivas, devido não haver tempo hábil suficiente para a contratação com novos certames publicos de profissionais de apoio à Educação Especial.

7.4 A partir disso, concluiu-se o quantitativo necessário atualmente de profissionais de apoio à Educação Especial, conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE DO SERVIÇO/MATERIAL A SER CONTRATADA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	Auxiliar Educacional - 30H	un	01
02	Revisor, Ledor e Transcritor de Braille - 20H	un	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 122.600,04

8.1 Neste tópico são apresentados as metodologias legais utilizadas para o estabelecimento do preço referencial da contratação, tendo por base nos incisos e parágrafos do caput do art. 23 da Lei 14.133/2021, complementarmente com a IN SEGES Nº 65/2021 (no caso de contratação de bens e serviços em geral).

8.2 A metodologia adotada para a definição do salário-base usado no caso concreto deu-se pela média registrada no mapa de apuração extraído das planilhas anexas e aplicado à carga horária prevista para cada um dos profissionais em epígrafe neste certame.

8.3 Além disso, usou-se como padrão o valor médio de auxílio-alimentação concedido atualmente pelo Sindilimp constante na planilha da contratada do Campus Colatina, conforme o entendimento de outros Campi do Ifes. Também foi utilizado como referência para o vale-transporte o atual valor da passagem de ônibus urbano em Colatina -ES.

8.4 O valor total anual estimado da contratação é de R\$ 122.600,04 ( Valor médio previsto conforme planilha preenchida com percentuais típicos, o valor final consolidado será o definido na licitação de acordo com os ajustes de cada participante e sua natureza jurídico /contábil). Obs. Devido os profissionais relativos à este certame não possuírem categoria /convenção, há divergências sobre auxílios e benefícios nas amostras analisadas, não sendo possível assim estimar valor por posto, o mesmo foi extraído da planilha consolidada do Campus Colatina.

8.5 O profissional a ser contratado pela empresa vencedora terá direito ao salário-base, auxílio-alimentação e vale-transporte. Os detalhes sobre os valores constam na planilha anexa ( data-base: abril de 2026). A cada interregno de 1 (um) ano o salário será reajustados de acordo com o índice IPCA/IBGE, o auxílio-alimentação será referenciado no valor vigente da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT do Sindilimp e o auxílio-transporte no valor da passagem de ônibus urbano de Colatina no período de repactuação dos valores.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 Não se aplica.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não é necessário contratação correlata

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 Em exame do caso concreto verificamos que a contratação está alinhada ao Planejamento Institucional do Ifes.



## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 A contratação na forma instruída neste documento possibilitará a garantia ao direito de acessibilidade educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial, baseado no tripé acesso, qualidade e permanência, em acordo também aos aspectos elencados no item 2.3 deste documento.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Em exame do caso concreto verificamos que não há nenhuma providência que já não faça parte da rotina e dos protocolos de trabalhos desta unidade e que mereça novo destaque.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 Em exame do caso concreto verificamos que a presente contratação não gerará nenhum impacto ambiental que envolva a responsabilidade direta desta unidade contratante, no entanto aquelas de responsabilidade da contratada serão observadas, via de regra, no Termo de Referência.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

A contratação em comento é viável e necessária, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, de realização de atividades essenciais para o ensino, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURICIO SOARES DO VALE**

Membro da comissão de contratação

**PATRICIA TEIXEIRA MOSCHEN LIEVORE**

Membro da comissão de contratação

**KAMILA SCALZER**

Membro da comissão de contratação

**WASLEY ANTONIO RONCHETTI**

Membro da comissão de contratação